

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Tharcia Priscilla de Paiva Batista Matos¹

Leidiane Priscilla de Paiva Batista²

Edson Oliveira de Paula³

RESUMO

Diante da crise socioambiental, intensificada nas últimas décadas, torna-se necessário repensar as relações entre sociedade e natureza. Neste contexto, a Educação Ambiental tem contribuído para a construção de um pensamento integrado e de ações ambientalmente responsáveis em busca de uma consciência ecológica. Refletir sobre a história da Educação Ambiental torna-se exercício importante na direção da sustentabilidade. Neste ensejo, esse trabalho objetiva traçar linhas gerais sobre o histórico da Educação Ambiental no Brasil. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica de caráter básico e exploratório, de cunho narrativo. Ao longo de sua história o conceito de Educação Ambiental foi sendo aprimorado e superando o pensamento que dicotomiza ser humano e natureza. Com a evolução do conceito, a humanidade passou a ser considerada parte integrante do meio. Atualmente, entende-se que além de aspectos ambientais, ela deve se preocupar também com problemas sociais e políticos. A história da Educação Ambiental no Brasil foi inspirada pelo movimento ambientalista no final de 1960. O crescimento e o fortalecimento das lutas em defesa do meio ambiente despertaram a conscientização acerca das relações mantidas pela sociedade com o meio ambiente. Eventos como a Conferência das Nações Unidas e o Rio-92, juntamente com o avanço da legislação ambiental possibilitaram a consolidação da Educação Ambiental. Somente em um segundo momento, a Educação Ambiental deixou de ser vista somente como parcela do ambientalismo e passou a ser tratada como proposta pedagógica capaz de transformar a sociedade. A Educação Ambiental no Brasil embora emergente, evoluiu na forma como é vista e tratada pela sociedade.

Palavras-chave: História, Ambientalismo, Meio ambiente.

INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido por possuir importantes recursos naturais. Contudo, a degradação e a exploração predatória desses recursos vem provocando impactos que afetam tanto os recursos naturais e quanto a qualidade de vida das populações. Esses impactos acarretarão problemas socioambientais e econômicos não somente para a geração atual, mas também para as futuras.

¹ Mestranda no Programa de pós-graduação em Energia e Ambiente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB- UECE, thpris@gmail.com;

² Doutoranda no Programa de pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais da Universidade Federal do Ceará - UFC, leidianepiscilla@gmail.com;

³ Doutorando no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, edsonoliveirapx@gmail.com;

Esta problemática decorre, em grande parte, da exploração predatória dos recursos naturais, realizada por grandes empresas de extração mineral – na busca de matéria-prima, na destruição de amplas áreas de vegetação nativa para extração ilegal de madeira, criação de gado ou ampliação da monocultura, do aumento da produção industrial e do consumo desenfreado, frente ao meio ambiente e à omissão e/ou ineficiência do poder público em fiscalizar a atuação das mesmas, assim como responsabilizá-las pelos custos sociais e ambientais gerados.

Diante desse quadro, torna-se urgente a união entre diversos grupos da sociedade em busca de medidas que possam vir a mitigar ou resolver as principais questões ambientais que se apresentam na atualidade. Nas últimas décadas, a sociedade passou a pressionar por um melhor gerenciamento e por ações e programas que visem garantir o uso e a conservação do meio ambiente.

Nesse período, surgiram no Brasil diversas instituições ambientais, ONG's, movimentos ambientalistas oriundos da sociedade civil, ações implementadas pela iniciativa privada, bem como leis voltadas à conservação do meio ambiente e seus recursos. A história mundial da Educação Ambiental se entrelaça ao desenvolvimento das lutas ambientalistas, conferências e movimentos sociais. Este trabalho pretende apresentar um breve histórico sobre a Educação Ambiental no Brasil.

Diante da crise socioambiental vivenciada nos últimos tempos, é necessário repensar a relação mantida entre sociedade e meio, almejando a superação de conflitos, encontrando soluções e novas formas de pensar e agir individual e coletivamente. Problemas como a desigualdade social, o desemprego crescente, o analfabetismo absoluto e funcional, a miséria extrema, epidemias, doenças psicossomáticas, insegurança alimentar, crise energética, desertificação, perda de biodiversidade e tantos outros são desafios que põem à prova o atual modo de produção e o modo de vida moderno (MATOS, 2009).

É portanto, fundamental buscar novos caminhos. Neste contexto, a Educação Ambiental pode contribuir para a construção de um pensamento integrado, mais responsável ambientalmente na direção da emergência de uma consciência ecológica através de novas formas de agir e interagir, de modo que cada pessoa possa se conscientizar de seus compromissos sociais e individuais frente às dinâmicas cotidianas e cobrar posturas sustentáveis dos grandes produtores rurais e industriais. E assim, dentro do tripé da sustentabilidade, estaremos mais próximos do socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável.

O estudo da história da Educação Ambiental se apresenta como algo relevante à medida que se torna um exercício para estimular nossa consciência ambiental, além de servir para realizar ajustes na busca da sustentabilidade. Dessa forma, esse trabalho objetiva traçar linhas gerais sobre o histórico da Educação Ambiental no Brasil, apontando anseios, conquistas e caminhos a serem trilhados.

A metodologia baseou-se em pesquisas bibliográficas de caráter básico e exploratório, de cunho narrativo. O tema sobre a história da Educação Ambiental no Brasil foi investigado em livros, artigos, revistas e trabalhos acadêmicos, buscando levantar conhecimentos e discutir o tema de maneira teórica. Também se observou a Constituição Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei 9.795/ 1999. No escopo do desenvolvimento deste trabalho, esmiuçou-se o conceito de Educação Ambiental, pois o mesmo é importante para a discussão da temática abordada.

Percebeu-se que a Educação Ambiental passou a ganhar visibilidade no Brasil através da emergência do movimento ambientalista. Contribuiu para isso o surgimento de iniciativas, projetos e leis que buscavam fortalecer os esforços de conservação dos recursos naturais no país. Paralelo a isso, a Educação Ambiental foi sendo implementada lentamente nas escolas, onde passou a ser vista e entendida enquanto prática pedagógica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa parte dos principais marcos históricos que pautaram o surgimento e o desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil. Para isso, realizou-se revisão bibliográfica do tipo narrativa, levantando conhecimentos a fim de analisar, produzir ou explicar o objeto investigado (GIANNASI-KAIMEN et al, 2008). Ao assumir o cunho narrativo, a revisão se propõe a descrever e discutir o desenvolvimento de um assunto em particular, de maneira teórica ou contextual (ROTHER, 2007). Para alcançar essa proposta, realizou-se análise da literatura publicada em livros, artigos, revistas e trabalhos acadêmicos (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004).

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre a evolução da Educação Ambiental. Também foram realizados estudos sobre a legislação ambiental pertinente ao objeto da pesquisa: lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a política nacional de Educação Ambiental; constituição federal de 1988, mais especificamente o artigo nº 225, que trata sobre o meio

ambiente; e os Parâmetros Curriculares Nacional a medida que trata a Educação Ambiental enquanto tema transversal. .

A metodologia aplicada ao trabalho é a pesquisa básica exploratória. Básica a medida que buscou ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o tema em questão (SCHWARTZMAN, 2002), aprofundando-se nele e visando possibilitar a transmissão e o debate do conhecimento na comunidade científica (GIL, 20080. Exploratória, pois buscou expor uma visão geral acerca do tema abordado, num esforço para retratar os principais momentos da história da Educação Ambiental no Brasil. Este tipo de pesquisa foi escolhido por agregar maiores informações sobre o tema em foco, facilitando sua delimitação e gerando uma nova abordagem (ANDRADE, 2000).

DESENVOLVIMENTO

Ao longo de sua história o conceito de Educação Ambiental foi sendo aprimorado e, aos poucos, superando o pensamento que dicotomiza ser humano e natureza. Com a evolução conceitual, a humanidade passou a ser considerada como parte integrante e inseparável do ambiente. Assim, gradativamente supera-se a visão de “natureza intocada” em favor da concepção socioambiental, no qual o meio é construído por meio da relação contínua entre humanidade e natureza (CARVALHO, 2017).

Atualmente, entende-se que ela não deve se preocupar apenas com os aspectos ambientais, mas também com os problemas sociais e políticos. Educação Ambiental deve ser considerada também como uma educação política, pois deve preparar os cidadãos para exigir e construir uma sociedade justa socialmente e ética nas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 2009). Assim, ela tem como meta a sustentabilidade socioambiental, considerando toda a diversidade do ambiente natural e dos contextos sociais e culturais (SORRENTINO *et al*, 2005).

De acordo com Souza (2011), a UNESCO a partir de estudos realizados sobre a Educação Ambiental entendeu que esse tema deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar. Tal orientação foi sustentada pela lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental ganhou importância como ferramenta de propagação e conscientização quanto à preservação do meio ambiente, principalmente nas últimas décadas. As pessoas começaram a perceber as consequências ambientais decorrentes da crescente e

desenfreada exploração dos recursos naturais. Sendo necessário que os problemas ambientais fossem tratados de uma forma que envolvesse a mudança de consciência da atual e das futuras gerações.

Dentre as principais vertentes apontadas para a Educação Ambiental, foram citadas no texto: Conservadora, Alternativa, Crítica, Emancipatória, Transformadora, Popular e Dialógica. A seguir, elas serão apresentadas resumidamente (tabela 1) e serão abordadas novamente na discussão deste trabalho.

A vertente Conservadora busca modificar ações individuais e comportamentais, não se preocupando em realizar análises histórica, política, cultural e social. No caminho oposto, está a vertente Alternativa, como inicialmente foi chamada por representar os anseios dos educadores em acrescentar dimensões sociais, políticas, históricas e culturais a Educação Ambiental. Esta vertente buscou não apenas combater as consequências, mas as causas da crise ambiental.

Em seu amadurecimento, a Educação Ambiental Alternativa ressignificou-se e passou a ser qualificada como crítica, emancipatória, transformadora, popular e dialógica (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Crítica à medida que questiona as relações sociais vigentes, buscando construir novos valores e atitudes, na formação de um sujeito ecológico sensível e solidário as problemáticas socioambientais (CARVALHO, 2004). Emancipatória por buscar romper com valores e práticas sociais que se opõem ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2005). Transformadora por ser elemento para a transformação social e por questionar radicalmente os padrões industriais e consumistas firmados no capitalismo (LOUREIRO, 2004). Popular quando se associa à tradição de educação popular, compreendendo o processo educativo como prática de formação cidadã (CARVALHO, 2001). Dialógica ao se esforçar para que o diálogo protagonize o processo educativo, permitindo que os diferentes grupos opinem e participem, descrevendo anseios, buscando soluções e construindo sonhos (FREIRE; FIGUEIREDO; GUIMARÃES, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da Educação Ambiental no Brasil foi inspirada pelo movimento ambientalista (CRESPO, 1998), tendo seu início marcado pela consolidação das lutas no final da década de 1960. Entre suas bandeiras, constavam intensas críticas ao modo de vida nas sociedades industriais, denunciando os riscos e os impactos ambientais decorrentes da ampliação do aumento na demanda de matérias-primas e do consumo excessivo e desenfreado (MATOS,

2009). A crítica realizada ao modo de produção e ao consumo era ainda despojada de uma análise de cunho social e político. Ela, portanto, assumia um caráter conservador que examinava superficialmente a degradação do meio e outros problemas ambientais, sem fazer uma análise aprofundada de como cada grupo social contribuía para a crise ambiental e de que modo cada um deles era impactado por ela.

Foi neste contexto que a Educação Ambiental surgiu como uma ferramenta para a sociedade questionar e impor limites aos problemas ambientais da época. Diante desses crescentes problemas, a ideia de uma educação voltada para o quadro ambiental impregnou as metas políticas e o contexto pedagógico. Os movimentos ambientalistas, que criticavam a cultura industrial, acreditavam ser possível desenvolver uma nova organização para a sociedade e um novo modelo econômico. Nesse primeiro momento, as questões ambientais foram interpretadas como problemas de poluição da água, do solo e o do ar, além do esgotamento dos recursos naturais (RAMOS, 2001).

O crescimento e o fortalecimento das lutas em defesa do meio ambiente chamaram atenção para as relações mantidas entre a humanidade e o meio ambiente e, paulatinamente, foram despertando a sociedade para a conscientização acerca da necessidade de refletir sobre elas e em como modificá-las. Para que esse processo ocorresse, a atuação da Educação Ambiental foi primordial estimulando indivíduos a repensarem suas ações cotidianas, de modo a reformular suas atitudes frente ao mundo e buscar soluções para as problemáticas ambientais, embora nesse momento, ainda assumisse um perfil conservador, uma vez que buscava desenvolver apenas a sensibilidade humana para com a natureza.

Em 1972, foi realizada em Estolcomo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Este encontro, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), teve como intuito discutir as questões ambientais em âmbito planetário. A Conferência de Estolcomo, como ficou conhecida, é considerada o primeiro movimento ambiental de destaque global. Tal evento considerou a educação sobre assuntos ecológicos como item essencial para a melhor qualidade de vida. Segundo ele, a partir da educação é possível um processo de conscientização e de propagação de conhecimentos ambientais necessários ao indivíduo. Como resultado do mesmo, a Educação Ambiental ganhou maior destaque quanto a sua necessidade para o desenvolvimento da sociedade (FERRARI, 2014) e para alcançar a redução da degradação ambiental.

Durante a Conferência de Estolcomo, o Brasil já enfrentava diversos problemas ambientais (poluição atmosférica, contaminação dos rios, falta de saneamento básico,

necessidade de racionamento da água, etc.). Entretanto, nesse período, o país vivia o famigerado “milagre econômico” durante a ditadura militar, caracterizado pelo acelerado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mas, paradoxalmente, marcado pelo aumento da concentração de renda e da desigualdade social.

Visando manter esse crescimento econômico, na conferência de Estocolmo, o governo brasileiro assumiu uma posição resistente às questões ambientais, pois as via como empecilho para o desenvolvimento do país (RUFINO E CRISPIM, 2015). Ora, o cenário ambiental era de construção de hidrelétricas para sustentar o consumo de energia nas indústrias, expansão de plantações de cana-de-açúcar para produção de álcool como combustível, projetos megalomânicos como a construção da Rodovia Transamazônica e a construção das usinas nucleares de Angra dos Reis (BARCELOS, 2003), atrelado a isso desmatamentos, contaminação de mananciais, desequilíbrios ambientais gerados pela monocultura e problemas ecológicos advindos da urbanização desordenada. Como exemplo dessa política desenvolvimentista, tem-se o slogan para atrair a instalação de indústrias divulgado pelo governo de Goiás, que a época detentor de grande parcela da Amazônia Legal: *Traga sua poluição para o Estado de Goiás* (MARTINS, 2002). E dessa forma se seguiu ao longo dos governos dos militares: em busca de manter-se o tal “milagre econômico”, evitava-se qualquer politização sobre a temática ambiental.

Em 1977, ocorreu a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e que produziu a Declaração de Tbilisi (CRUZ; ZANON, 2013). Dentre as recomendações da conferência, sugeriu-se que a Educação Ambiental fosse trabalhada com enfoque global e de forma interdisciplinar, enquanto tema transversal, pois esta é o resultado da reorientação e compatibilidade de diversas disciplinas e experiências educacionais.

A Declaração de Tbilisi recomendou ainda que os países incorporem conteúdos, diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas educacionais pra facilitar a percepção integrada das problemáticas ambientais e proporcionar a capacitação necessárias para tomada de atitudes. Ela esclareceu que a educação ambiental não é somente conhecer a fauna e a flora, mas deve refletir também sobre aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos. Indo contra a Conferência de Tbilisi, o MEC elaborou um documento denominado “Ecologia: uma proposta para o ensino de 10 e 20 graus”, que tratava a Educação Ambiental somente em aspectos físicos, privando-a de questões sociais, culturais e políticas (DIAS, 2008).

Considerando que nesse período o Brasil passava por uma ditadura militar, o foco da luta dos movimentos sociais manteve-se centrado no combate às perversidades promovidas pelo autoritarismo e pela violência infligida por esse sistema político. Com isso, a discussão sobre questões ecológicas demorou para ganhar visibilidade considerável na sociedade (GONÇALVES, 2001).

Até a década de 1970, a Educação Ambiental possuía um caráter marcadamente conservacionista. Nas escolas, a discussão dos problemas ambientais era feita, pontual e isoladamente, por professores de ciências, biologia, geografia e química. Esta se dava de maneira técnica e privada de aspectos históricos, sociais, políticos e culturais (BARCELOS, 2003).

A partir de então, mesmo que de maneira tímida, a luta ambientalista foi se unindo a luta pela democracia e outros direitos sociais, manifestando-se em ações isoladas de professores, estudantes e da sociedade civil, de uma maneira geral, com atividades educacionais voltadas para o meio ambiente (URBAN, 2001).

As primeiras medidas governamentais brasileiras a favor de questões ambientais emergiram ao longo da década de 1970, como resultado da pressão internacional que colocou como requisito medidas de proteção ao meio ambiente para concessão de empréstimos e investimentos (GONÇALVES, 2001).

A institucionalização da Educação Ambiental por meio do Governo Federal se deu em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que entre outras atribuições tinha como objetivo promover atividades educativas voltadas para o meio ambiente (CARIBÉ, 1992). Em 1985, no governo do José Sarney, a SEMA foi substituída pelo Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (PECCATIELLO, 2011), que ao longo dos governos foi tendo o nome alterado ou até mesmo convertido em Secretaria do Meio Ambiente, como ocorreu em 1990, no mandato do Fernando Collor de Mello.

No que concerne aos avanços da legislação ambiental, em 1988 a nova constituição brasileira trouxe em seu artigo 225º assuntos que abordam a questão ambiental. Considerando o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida; sendo direito de todos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, o meio ambiente ecologicamente equilibrado; impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Para garantir esse direito, uma das competências do poder público deve ser a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis

de ensino em busca da conscientização pública para a conservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais.

Em 1992, ocorreu, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92. As principais discussões giraram em torno do desenvolvimento sustentável, pois reconheceu-se que eram necessárias mudanças em relação à forma de desenvolvimento econômico (CRUZ; ZANON, 2013) e a utilização consciente dos recursos naturais.

A Agenda 21, um dos mais importantes documentos produzidos pela Rio-92, consistia num plano de ação recomendado para todos os países. Tal documento trazia em si metas e medidas a serem desenvolvidas pelos signatários da proposta, no intuito de fomentar a conscientização da população civil acerca de seu papel enquanto indivíduo e enquanto parte de uma coletividade, bem como orientar e estimular ações da iniciativa privada de modo que possam minimizar impactos ambientais. O documento incentivou ainda uma educação permanente sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (SOUZA, 2011). Com ele, a UNESCO propõe uma educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Outro documento produzido neste evento foi a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que considerou a Educação Ambiental como a estratégia mais eficiente para o alcance da sustentabilidade. Esta carta orientava o Ministério da Educação que, juntamente com as instituições de ensino superior, para que determine metas para a inserção da temática ambiental nos currículos. Com isso, objetivou-se inserir a Educação Ambiental nos cursos de graduação (BARBIERI, 2004).

Conforme Rufino e Crispim (2015), no Brasil, a Educação Ambiental consolidou-se em termos legais na década de 1990. Com a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1992. Foram criados os Núcleos de Educação Ambiental e os Centros de Educação Ambiental, que possuem como objetivo realizar atividades multidisciplinares, buscando sempre a interdisciplinaridade e estratégias que promovam a sustentabilidade, construindo uma rede que pense e discuta a Educação Ambiental (BRASIL, 2004).

Em termos políticos pedagógicos, foi a partir da década de 1990 que a Educação Ambiental brasileira começou a superar o seu discurso marcadamente conservador, passando a considerar as dimensões social e cultural do ambiente. A partir desse momento, não foi mais possível discutir Educação Ambiental sem assumir a opção político-pedagógica adotada como

referência para os saberes e as práticas educativas empregadas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001).

Nesse período, educadores ambientais voltados para a campo socioambiental passaram a diferenciar duas vertentes: conservadora e alternativa. A primeira assumia um caráter “conteudista” e apolítico, focado mais na transmissão de conhecimentos; já a segunda procurava levar em consideração os contextos sociais e históricos, enquanto concentrava esforços na direção da luta por uma nova consciência e uma nova sociedade (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001).

Posteriormente, a vertente alternativa teve um amadurecimento à medida que foi enriquecida com o pensamento freireano, princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia política e de autores marxistas e neomarxistas. Assim, ela passou a ser denominada como crítica, emancipatória, transformadora, (LAYRARGUES; LIMA, 2011) dialógica, etc. Com isso, a Educação Ambiental deixa de ser politicamente neutra, indo além das consequências da crise ambiental e criticando o sistema capitalista (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001).

Em 1994, foi lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA foi desenvolvido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Este programa tratou das diretrizes, objetivos e ações da Educação Ambiental no âmbito federal. Nele, a Educação Ambiental passou a ser tratada enquanto prática dialógica para o despertar de uma consciência crítica na sociedade e do comprometimento com as problemáticas ambientais, relacionando aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos (MATOS, 2009).

A 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, ocorrida em 1997, reuniu educadores, estudantes, sociedade civil e diversas autoridades. Esse evento foi considerado um marco para a Educação Ambiental no Brasil. Nesse mesmo ano, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como subsídio para que a escola desenvolva o seu projeto educativo, indicando práticas, atitudes e valores para o convívio escolar, assim como temas sociais considerados urgentes, denominados como temas transversais (BRASIL, 1997a). Dentre eles, está o tema Meio Ambiente, no qual se orienta que a dimensão ambiental deve ser trabalhada como tema transversal, pois permeia todas as áreas de conhecimento (BRASIL, 1997b).

A seguir observa-se um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais que defende a Educação Ambiental precisa superar o conteudismo e avançar para uma atuação mais ampla que permeie todos que envolvam sr humano e natureza.

Trata-se então de desenvolver o processo educativo, contemplando tanto o conhecimento científico como os aspectos subjetivos da vida, que incluem as representações sociais, assim como o imaginário acerca da natureza e da relação do ser humano com ela. [...] Nessa concepção, a educação ambiental é algo essencialmente oposto ao adestramento ou à simples transmissão de conhecimentos científicos, constituindo-se num espaço de troca desses conhecimentos, de experiências, de sentimentos e energia (BRASIL, 1997b, p. 182).

Foi aprovada, em 1999, a lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999) que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa lei passou a considerar a Educação Ambiental como componente essencial da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal. Foram ainda criadas a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA (SORRENTINO, 2005).

A Lei mencionada acima foi regulamentada em 2002 pelo Decreto Federal nº 4.281, que, entre outros assuntos, definiu a composição e as competências do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Este foi um marco na atuação do Governo Federal na promoção efetiva da Educação Ambiental no sistema de ensino nacional. Sua primeira ação foi assinar um Termo de Cooperação Técnica para a realização da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (DEBONI; MELLO, 2007).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, marcou os 20 anos de realização da Rio-92 e contribuiu para definir ações para o desenvolvimento sustentável, através de seu relatório, denominado de “O futuro que queremos”.

Esses eventos, juntamente com o avanço da legislação ambiental, possibilitaram a difusão e a consolidação da Educação Ambiental. Entretanto, como se percebe ao longo dos anos, somente num segundo momento a Educação Ambiental deixou de ser vista apenas como parte do movimento ambientalista, para atuar no campo da conscientização de sujeitos e da coletividade. Gradativamente, ela passou a ser tratada como proposta educativa para o enfrentamento da crise ambiental (CARVALHO, 2006), passando a ser considerada instrumento para disseminação de ideias ambientais e transformações de atitude em busca de uma sociedade sustentável (MATOS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental no Brasil embora seja ainda emergente, teve significativa evolução na forma como é vista e tratada pela sociedade e suas esferas de poder, assim como na esfera pedagógica. Observa-se essa valorização através da efetivação de políticas públicas em seu favor, no desenvolvimento da legislação ambiental e do lugar ocupado pela mesma enquanto proposta educativa disposta a transformar atitudes e conscientizar sobre as questões socioambientais.

Muito é ainda preciso caminhar para que a Educação Ambiental ganhe destaque significativo na sociedade, em especial nas escolas e outros espaços educativos formais e não-formais. Esse caminho, que se constrói a cada passo, é contínuo e não possui um fim em si mesmo. Somente a partir da conscientização sobre o uso dos recursos disponibilizados pela natureza e das relações que com eles mantemos enquanto humanidade, é possível modificar atitudes e transformar a realidade vivenciada pelas atuais gerações e preparar um futuro menos caótico para as vindouras.

Ao refletir e repensar essas relações, é preciso considerar o papel de cada ator e grupo social na degradação/conservação do meio. Para isso, precisamos está disposto a nos desfazer da visão superficial e reducionista de que a culpa pela crise ambiental é parcelada por igual para cada ser humano. Só através de uma análise crítica e mais complexa de como cada grupo contribui para a situação ecológica local e global e é influenciado por ela, pode-se traçar medidas de intervenções efetivas capazes de cobrar e gerar mudanças significativas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2000.

BARBIERI, José Carlos. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 6, p. 919-946, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6766>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BARCELOS, Valdo. Mentiras” que parecem “Verdades”.(Re) pensando a Educação Ambiental no cotidiano da escola. **A Educação ambiental na escola: abordagens conceituais**. Erechim: Edifapes, p. 81-90, 2003. Disponível em: <http://www.uri.com.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/765.pdf#page=81>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BERNARDO, Wanderley Marques; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JATENE, Fábio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências: parte II-buscando as evidências em fontes de informação. **Rev Assoc Med Bras**, v. 50, n. 1, p. 104-8, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ramb/v50n1/a45v50n1.pdf>>. Acesso em: 15. Jul. 2019.

BRASIL, Constituição Federal do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.795, 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção III, Art. 13.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997a.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**, Brasília, MEC, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Centros de Educação Ambiental no Brasil: Manual de orientação**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_manor.pdf>. Acesso em: 20. mar. 2019.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil**. Ciência da Informação, v. 21, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/462/462>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez Editora, 2017.

_____. Qual educação ambiental. **Elementos para um debate sobre educação**. Agroecol.e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.2, 2001.

CRESPO, Samyra. Educar para a sustentabilidade: a Educação Ambiental no programa da agenda 21. In: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org.) **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 211-225.

CRUZ, Ana Cristina Souza da; ZANON, Ângela Maria. AGENDA 21 POTENCIALIDADE PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISANDO A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 25, abr. 2013. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3518/2095>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

DEBONI, Fábio; DE MELLO, Soraia Silva. Pensando sobre a “geração do futuro” no presente: jovem educa jovem, COM-VIDAS e Conferência. **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 35, 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**, v. 10, n. 49, 2008.

FERRARI, Alexandre Harlei. **De Estocolmo, 1972 a Rio +20, 2012**: O Discurso ambiental e as orientações para a Educação Ambiental nas recomendações internacionais. 2014. 224f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação escolar). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/116060/000805924.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FREIRE, Laísa; FIGUEIREDO, João; GUIMARÃES, Mauro. O papel dos professores/educadores ambientais e seus espaços de formação. Qual é a educação ambiental que nos emancipa?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, 2016.

GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia; CHIARA, Ivone Guerreiro di; CARELI, Ana Esmeralda; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes de. **Normas de documentação aplicadas à área de saúde**: um manual para uso dos requisitos uniformes do International committee of medical journal editors, ICMJE, Requisitos de Vancouver. Rio de Janeiro: E-papers; 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/viepea/files/epea2011.webnode.com.br/200000132-64f2b65ec6/epea2011-0127-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a07v27n94.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

_____. Educação ambiental transformadora. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 65-84, 2004. Disponível em: <http://files.zeartur.webnode.com.br/200000044-e06b4e1651/Identidades_EA_Brasileira.pdf#page=115> Acesso em: 13 mai. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philipe Pomier. Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, v. 9, n. 5, 2001. Disponível em: < Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, Clítia Helena Backx. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 3, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1412/1775>>. Acesso em 24 de jun. 2019.

MATOS, Maria Cordeiro de Farias Gouveia. **Panorama da Educação Ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Educação, 2009.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 24, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21542/17081>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RAMOS, Elisabeth Christmann. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar em Revista**, v. 17, n. 18, p. 201-218, 2001.

REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. **O que é Educação Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3070/307026613004.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

RUFINO, Bianca; CRISPIM, Cristina. Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. 2015. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 6, 2015, Porto Alegre, RS. **Anais - Congressos Brasileiros de Gestão Ambiental**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS), 2015. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-069.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 361-395, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648864>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação Ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2>> Acesso em: 13 jun. 2019.

SOUZA, Maria das Graças Gomes. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil**, 2011. 21p. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Brasília: Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1929/1/2011_MariadasGracasGomesdeSouza.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. Editora Peirópolis, 2001.